

## INSTALAÇÃO LIBERADA

# Um dia depois da ameaça, sai licença de porto em Itapemirim

**Investimento de americanos sob risco de sair do Estado ganhou sinal verde do Iema**

ABDO FILHO  
afilho@redgazeta.com.br

O Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) liberou na tarde de ontem a licença de instalação da base logística (C-Port Brasil) que os norte-americanos da Edison Chouest construirão na Praia de Gamboa, Itapemirim, Sul do Estado. Assim, as obras do empreendimento podem começar já.

O documento saiu dois dias após os investidores anunciarem o arrendamento de uma área no complexo logístico da Prumo, no extremo Norte do Rio de Janeiro, e um dia depois após ameaçarem, por meio da imprensa, deixar o Estado por conta da demora em obter as licenças necessárias.

Coincidência ou não, também ontem o Iema liberou a licença de opera-



Área destinada a receber a base logística C-Port Brasil, da Edison Chouest

ção para a dragagem da área de atracação do Estaleiro da Jurong Aracruz, no Norte do Estado.

Em entrevista coletiva concedida na tarde de ontem na sede do Iema, o presidente do instituto, Tarcísio Föeger, disse que não houve pressão e que os processos seguiram o curso normal. "Não houve pressão. Segui-

mos o agendamento que era de conhecimento deles (Edison Chouest). O Iema cumpriu a sua parte".

Föeger afirma que a companhia só entregou na quinta-feira a documentação que comprovava o cumprimento de uma condicionante importante, a respeito da movimentação de terra no local onde ficará o porto. "Só recebemos ontem

(quinta-feira), às 14 horas, esse documento da Edison Chouest. Sem ele, não tinha como liberar a licença. O atraso não foi nosso".

O presidente do Iema afirma que o órgão é demandado. "Nós avaliamos aquilo que chega para nós. Se não há cumprimento de condicionante, não podemos avaliar. Somos demandados".

Sobre o fato de o proces-

so ter sido iniciado em novembro de 2010, conforme informou a empresa, e não ter saído até agora, Föeger contestou a informação. "O termo de referência, que é o pontapé inicial do processo, é do dia 4 de maio de 2011. A licença prévia saiu em 2012, e a de instalação foi solicitada em setembro do ano passado. O governo do Estado executa a demanda que chega até ele. Neste governo, não há investimento superior à necessidade de conservação da natureza. Todas as normas estão sendo aplicadas".

## ENTRAVES

Ele, entretanto, reconheceu que a legislação ambiental impõe dificuldades. "Num empreendimento como esse são necessários, entre outras coisas, EIA/RIMA (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental), consulta pública, análise de estudos, audiências públicas e as condicionantes. Além disso, há uma série de órgãos intervenientes (que fazem parte do

processo), casos de SPU (Superintendência do Patrimônio da União), Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), prefeituras e outras mais que muitas vezes demoram um ano, em determinados casos, na avaliação. Sem eles não podemos liberar a licença".

Além da questão legal, há os entraves de dentro do Iema. Além dos licenciamentos ligados aos grandes projetos, 16 ao todo, há 4 mil processos de pequeno porte nas gavetas da instituição que tem 288 funcionários. Para acabar com esse passivo em seis meses, foi assinado um contrato de cooperação técnica de R\$ 8 milhões com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos.

O executivo responsável pelas obras da Edison Chouest em Itapemirim, Roberto Toledo, preferiu não polemizar. "Ainda bem que saiu. Agora vamos focar no projeto. Nosso objetivo é começar as operações em dois anos".

## Jurong se prepara para receber sonda

Com a concessão da licença para o início da dragagem, o Estaleiro Jurong Aracruz (EJA) espera estar pronto em até cinco semanas para receber o casco da sonda Arpoador. O projeto vem de Singapura para ser concluído no Espírito Santo e será destinado à perfura-

ção de poços de petróleo em águas profundas do pré-sal.

A dragagem de toda a área a ser explorada pelo estaleiro, que fica na Barra do Sahy, Aracruz, demorará um ano, segundo a diretora do EJA, Luciana Sandri.

A licença concedida pelo Iema prevê cerca de 10 pro-

gramas que deverão ser feitos para reduzir o impacto ambiental e social no local. Entre elas estão o monitoramento da água, do sedimento, do desembarque pesqueiro, controle da fauna marinha, além de trabalhos de comunicação social.

O local escolhido para

que sejam despejados os resíduos formados pela dragagem ficará a oito quilômetros da costa. "A dragagem corta e suga a areia do fundo mar. O espaço onde será o bota-fora também será monitorado, inclusive, por mergulhadores especializados", explica Luciana.



Casco da Arpoador: conclusão prevista em Aracruz